

União da categoria é vital para ampliar conquistas

Chegou o momento de discutir as propostas da data base 2018 dos servidores públicos municipais de São José. Este documento deve ser construído coletivamente, levando em consideração todas as sugestões e críticas da categoria. Respeitar a pluralidade de ideias é uma das premissas do Sintram/SJ, pois isso possibilita que tenhamos um ambiente verdadeiramente democrático.

Considerando a atual conjuntura, o exercício da democracia se torna ainda mais importante. Vivemos num ambiente de incertezas institucionais, onde o maior prejudicado tem sido o trabalhador. São reflexos de um sistema falido, que atinge todos os brasileiros, independentemente a quais organizações estejam ligados. O Sindicato, em sua atuação como entidade representativa, não deve promover a defesa de pessoas ou

agregações específicas. Mas, por outro lado, tem a obrigação de lutar por projetos de governança que coloquem o trabalhador como principal elemento da sociedade brasileira.

É preciso ocupar os espaços de debate. Discutir. Participar. Tomar conhecimento sobre aquilo que está acontecendo, e que inevitavelmente irá atingir a vida funcional de cada servidor. Conquistas sempre existiram, mas elas se tornam ainda mais fortes quanto maior for o engajamento da categoria.

Em São José, há diversas reivindicações para serem atendidas. É o caso dos projetos de Lei que tratam da carreira de pós-graduação para o magistério e uma nova carreira para os professores de artesanato. Os servidores josefenses lutam há pelo menos três anos pela implementação dessas

leis. As ações promovidas pelo Sintram/SJ em defesa dessa pauta são transparentes, e podem ser acompanhadas no portal da entidade (sintramsj-cut.com.br).

No dia 9 de fevereiro, um ofício foi enviado à prefeita Adeliara Dal Pont solicitando uma audiência com a maior brevidade possível, para tratar acerca dos Projetos de Lei da Educação. Até o momento não houve resposta.

Enquanto isso, a campanha promovida pelo Sindicato em defesa dessa pauta continua. Materiais estão disponíveis na sede do Sintram/SJ para quem deseja se engajar nessa luta. Há diversos itens, distribuídos gratuitamente, como camisetas, que foram confeccionadas com recursos provenientes da contribuição sindical. O uso desses valores foi deliberado em assembleia realizada em outubro do ano passado.

PREFEITA ADELIANA

CUMPRA A SUA PARTE

Os servidores já cumpriram o calendário de reposição.

Prefeita, honre sua palavra e sua assinatura no acordo feito perante a Justiça em abril de 2017. Encaminhe os projetos de lei do magistério à Câmara de Vereadores.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL PARA DISCUTIR PROPOSTA DA PAUTA DE REINVIDICAÇÕES DATA BASE - MAIO DE 2018

O Presidente do Sintram/SJ convoca os servidores públicos municipais de São José para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária

07 de março de 2018 – (Quarta-feira)

18h (1ª chamada) e 18h30 (2ª chamada)

LOCAL: Associação de Moradores e Amigos de Campinas. Rua José Aurino de Matos, nº 230 - Kobrasol, São José/SC.

PAUTA

1. Informes e Análise de conjuntura;
2. Discussão e aprovação da pauta de reivindicações para DATA-BASE 2018;
3. Discussão acerca dos Projetos da Educação 010/2017 e 011/2017 da Educação;
4. Encaminhamentos.



Greve Internacional de Mulheres

Dia 8 de Março é celebrado o dia Internacional da Mulher. O movimento 8M divulgou uma carta às catarinenses, para que participem da Greve Internacional de Mulheres. Confira um trecho do documento:

“A diversidade de mentes, corpos e experiências irão debater algumas das questões mais angustiantes do nosso tempo. Para isso, consideramos de fundamental importância sua presença nas organizações locais em todos os processos e ações do 8M e em toda a estrutura da sua construção. Toda a nossa diversidade deve estar presente nas

reuniões, nas oficinas, nas marchas, nos gritos, nas mostras, performances, apresentações artísticas, enfim, em toda esta construção. Só assim teremos em nossas ações, a pluralidade de pensares que nos é característica”.

A temática que norteará os debates neste ano de 2018 é “Tempo de Rebelião”. O tema foi construído coletivamente e irá pautar o diálogo numa perspectiva transversal, valorizando as experiências das ativistas de todos os grupos.

Entre os dias 1º e 7 de março, acon-

tecem atividades em diversas cidades catarinenses, alusivas à “Semana M” de mobilização das mulheres. Já no dia 8 de março, a programação será ainda mais intensa durante todo o dia em Florianópolis e outras cidades do Estado. Os detalhes estão disponíveis no site www.8mbrasil.com

Como nem todas as mulheres podem se ausentar dos seus postos de trabalho, pois cada vez mais os direitos de trabalhadoras têm sido retirados, como o direito à paralisação e à greve, outras ações podem ser realizadas. Veja abaixo.

					
Vista uma peça de roupa nas cores roxo, lilás ou violeta no dia 8 de março, como símbolo de adesão ao movimento	Coloque uma bandeira nas cores lilás ou violeta na sua janela	Pare por um dia as tarefas domésticas, como cozinhar, limpar e cuidar da casa	Interrompa as atividades laborais remuneradas por uma jornada	Pare durante a Hora M. Algumas cidades brasileiras decidiram parar entre as 12h30 e 13h30	Durante a Hora M, reúna-se com suas colegas para falar sobre as desigualdades que afetam todas as mulheres

Nomeação de professores é resultado da luta de todos os servidores

De maneira bem colocada, uma nota divulgada recentemente no portal da Prefeitura destaca que “a rede municipal de ensino de São José viveu um momento histórico na manhã da quinta-feira, dia 8 de fevereiro”. Só faltou um detalhe: esse momento histórico, que foi a nomeação de 246 professores efetivos, é fruto de muito empenho do Sintram/SJ em defesa desta causa.

Vamos relembra

Em 2012, o Executivo municipal assinou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), imposto pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), prevendo que medidas deveriam ser tomadas visando a nomeação de profissionais efetivos para a área da Educação, visto o elevado número de ACTs. Porém, **NADA FOI FEITO**.

Em 2014, uma nova audiência foi realizada. Desta vez, o cronograma previa nomeações em fevereiro de 2015, fevereiro de 2016 e fevereiro de 2017. Novamente a prefeita Adeliana Dal Pont **DESRESPEITOU** o Ministério Público e **IGNOROU** o acordo.

Em julho de 2017, somente após a cobrança intensa do Sintram/SJ, outra audiência com o MPT foi marcada. A gestão Adeliana, porém, somou mais um episódio ao histórico de desrespeito a decisões judiciais,

e sequer apresentou alguma documentação ou justificativa do porquê não havia cumprido o TAC, assinado ainda em 2012. Logo em seguida, em agosto, mais um acordo foi firmado entre o MPT, Prefeitura de São José e o Sindicato, prevendo que até o dia 5 de novembro de 2017, 300 profissionais da educação deveriam ser nomeados.

Somente depois de muita luta essas nomeações acontecem. Agora, a Administração municipal apresenta apenas um lado dos fatos, dizendo que o investimento em Educação é uma das prioridades. Esta é, em sua essência, uma conquista de todos os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público municipal de São José.

Outra audiência já está marcada para o dia 26 de março de 2018, a fim de verificar se tudo está sendo executado de forma correta. Estaremos atentos!

Sindicato acompanha situação dos servidores da Saúde

O Sintram/SJ continua atuando em defesa dos trabalhadores da área da Saúde, em razão do processo que prevê o possível desligamento de servidores, conforme informações já divulgadas pelo Sindicato. (Consulte mais detalhes na página na entidade, no www.sintramsj-cut.com.br)

Ainda em 2017, o Sintram/SJ apresentou recurso para cerca de 80 servidores municipais, em seus respectivos procedimentos administrativos, requerendo, preliminarmente, a nulidade dos processos, sob alegação de cerceamento de defesa.

A fundamentação está baseada no fato de que os trabalhadores não tiveram direito à defesa prévia, antes de decisão final dos processos.

Até o momento, também não houve qualquer manifestação por parte da Prefeitura Municipal de São José. Contudo, seguimos acompanhando e aguardando para as providências necessárias e cabíveis. Caso não sejam acatados os recursos, outras medidas serão tomadas, observando as vias judiciais adequadas.

Esta situação é consequência de

um processo que se arrasta desde o ano 2000, e que tramitou em diferentes órgãos jurídicos, mas que nunca teve a devida atenção de nenhuma das gestões municipais desde então. O Processo Investigatório analisou Editais de Seleção executados de forma irregular, não atendendo à requisitos constitucionais quando se trata da realização de concurso público.

Passados mais de dez anos, muitos trabalhadores serão penalizados injustamente, já que todos passaram a ser considerados em situação irregular.